

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Altera o art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para permitir que policiais federais e rodoviários federais permaneçam com as armas de fogo disponibilizadas pelo Estado, quando ingressarem na inatividade, mediante alienação.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte § 8º:

“**Art. 6º**

.....

§ 8º Os policiais federais e rodoviários federais poderão, ao passarem para a inatividade, permanecer com a arma de fogo disponibilizada pelo Estado que usavam na ativa, mediante alienação.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este Projeto de Lei altera o Estatuto do Desarmamento para permitir que os policiais federais e rodoviários federais, ao passarem para a inatividade, possam permanecer com a arma de fogo que usavam na ativa, mediante alienação.



SF/19482.10764-89

O objetivo é resguardar a vida e a integridade física dos policiais, que, após passarem à inatividade, ficam desprotegidos, tornando-se alvo fácil de atos de vingança.

A medida é, também, uma forma de o Estado agradecer a esses profissionais pelos bons serviços prestados à população.

Em face do exposto, convido as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores a aprovar esta proposição.

Sala das Sessões,

Senador MARCOS DO VAL